

Guilherme Centenaro
Hellwig

Internacionalização
Regulatória
no Sistema
Financeiro
Nacional

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Guilherme Centenaro Hellwig

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

H477i

Hellwig, Guilherme Centenaro.

Internacionalização regulatória no Sistema Financeiro Nacional / Gui-
lherme Centenaro Hellwig. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

260 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 233-243.

ISBN 978-85-519-1281-2

1. Direito internacional. 2. Direito bancário. 3. Direito administrativo.
4. Instituições financeiras - Supervisão do Estado. 5. Regulação. 6. Sistema
Financeiro Nacional (SFN). I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	5
Introdução.....	9
1º Parte – Internacionalização e Regulação: O Encontro de Duas Ideias no Universo das Finanças	17
Capítulo I - Internacionalização: O Direito Internacional “Por Outros Meios” na Regulação da Atividade Financeira	23
I.1 – Surgimento e Afirmação Histórica da Regulação Financeira Internacional	27
I.1.1 – O Sistema de Bretton Woods e a Regulação das Finanças Internacionais	29
I.1.2 – Globalização Financeira e Resposta Regulatória Internacional	32
I.2 – Especificidades Constitutivas da Regulação Financeira Internacional Contemporânea	41
I.2.1 – Informalidade na Constituição e Atuação de Organismos Internacionais.....	43
I.2.1.1 – Fundo Monetário Internacional	50
I.2.1.2 – Comitê de Basileia para Supervisão Bancária	53
I.2.1.3 – Conselho de Estabilidade Financeira	55
I.2.2 – Prevalência da Soft Law na Regulação Financeira Internacional	57
I.2.3 – Protagonismo Internacional das Autoridades Administrativas Nacionais.....	63
Capítulo II - Regulação: A Transição para o Estado Regulador e Seus Reflexos na Regulação Bancária Brasileira	69

II.1 – Transição para o Estado Regulador.....	71
II.1.1 – Estado Regulador no Brasil	76
II.1.2 – Estado como Agente Regulador da Atividade Econômica na Constituição de 1988	83
II.1.3 – Reforma do Estado Brasileiro na Década de 1990	86
II.2 – Direito Bancário e Regulação Financeira	90
II.2.1 – Racionalidade da Regulação Financeira Contemporânea.....	91
II.2.2 – Regulação do Sistema Financeiro Nacional.....	97
II.2.2.1 – Estrutura Regulatória do Sistema Financeiro Nacional.....	100
II.2.2.1.1 – Conselho Monetário Nacional	102
II.2.2.1.2 – Banco Central do Brasil	103
II.2.2.2 – Atraso Relativo da Regulação Bancária Brasileira	105
II.2.3 – Regulação Financeira e Agências Independentes.....	110
II.2.4 – Independência e Autonomia na Regulação do Sistema Financeiro Nacional.....	116
2ª Parte – Aspectos Jurídico-Institucionais da Transformação Regulatória: O Percorso Rumo à Internacionalização.....	125
Capítulo III – Sentido Específico da Internacionalização Regulatória.....	129
III.1 – Transformação Regulatória no Setor Bancário na Década de 1990.....	130
III.2 – Dimensões da Internacionalização Regulatória.....	134
III.2.1 – Abertura Brasileira à Internacionalização do Sistema Financeiro	138
III.2.1.1 – Internalização das Regras de Basileia.....	141
III.2.1.2 – Princípios para uma Supervisão Eficaz	157
III.2.1.3 Standards em Outras Áreas da Regulação Financeira	164
III.2.2 Internacionalização como Discurso.....	168
III.2.3– Monitoramento Exercido por Organismos Internacionais	172

III.3 – Incremento do Engajamento em Atividades de Cooperação Regulatória	176
Capítulo IV – Internacionalização Regulatória sob Perspectiva Crítica.....	183
IV.1 – Internacionalização Regulatória e Legitimidade.....	187
IV.1.1 – Legitimidade e Representatividade	187
IV.1.2 – Legitimidade e Modo de Internalização de Standards Internacionais.....	195
IV.1.3 – Legitimidade e Ação Normativa de Autoridades Administrativas.....	200
IV.1.4 – Progressiva Procedimentalização do Processo de Internacionalização	205
IV.2 – Singularidade do Percurso Brasileiro Rumo à Internacionalização Regulatória	211
IV.3 – Controle Internacional sobre a Atividade Administrativa Doméstica	220
Conclusão	227
Referências Bibliográficas	233